



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

MINUTA DA ATA N.º 39/XIII-3º/2021-25

1 - Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas 21H15, nas instalações do Vitória Clube Quintinhas, sitas na rua Eugénio Salvador, nº 46, na Freguesia da Charneca de Caparica, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia:

3.1 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento da Assembleia Municipal;

3.2 – Eleição de Representante da Assembleia Municipal para a Subcomissão de Segurança e Proteção do Bem-Estar Animal da Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC);

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2023”;

3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão do Município à Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES)”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU do Pragal, por um período de dois anos”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU do Monte de Caparica, por um período de dois anos”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Sobreda (26 de setembro de 2021 a 25 de setembro de 2022)”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Pragal (22 de agosto de 2021 a 21 de agosto de 2022)”.

2 – Instalou-se a Mesa da Assembleia Municipal constituída pelo Senhor Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1º Secretário Ivo Almeida e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia Municipal, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Inês Pezarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS); António Paulo Júnior (CDU); António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); António José Olaio da Silva (CDU); Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD) por



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD); Pedro Miguel Celestino Pereira (BE);

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Palhotas Pacheco;

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU);

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Francisca Parreira, do Senhor Vereador António José Matos, do Senhor Vereador José Luís Bucho, da Senhora Vereadora Helena Azinheira e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “A devolução do IRS”, enviado para a Câmara Municipal em 13/01/2023, foi respondido em 18/09/2023;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) “Solicitação do documento contendo o levantamento do estado de conservação do parque escolar municipal à data da transferência de competências da Administração Central para a Administração Local”, enviado para a Câmara Municipal em 16/06/2023, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Pedido do estudo realizado sobre os fogos de artifício sem ruído”, enviado para a Câmara Municipal em 22/06/2023, foi respondido em 18/09/2023;

4.3.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre o plano para as matilhas de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 22/06/2023, foi respondido a 21/08/2023;

4.3.5 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre “Implementação do Programa Cheque Veterinário”, enviado para a Câmara Municipal em 31/08/2023, foi respondido em 21/09/2023;

4.3.6 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Alteração do artigo do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem Urbana de Almada que define a proibição de alimentação de animais de rua”, enviado para a Câmara Municipal em 18/09/2023, ainda não foi respondido;

4.3.7 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Solicitação dos relatórios de monitorização por parte da Câmara Municipal de Almada e dos SMAS, à vala do 2º Torrão, elaborados e assinados entre 2020 e 2022”, enviado para a Câmara Municipal em 31/05/2023, ainda não foi respondido;

4.3.8 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Beatriz Ferreira (PSD), sobre “Manutenção dos equipamentos desportivos do Município de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 06/09/2023, ainda não foi respondido;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 36 e 37/XIII-2º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Pedro Miguel Cordeiro, Sofia Soeiro, João Rocha, Luís Filipe Pereira, Lurdes Soares, Miguel Duarte.

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Margarida Ramires Paulos (PAN), Luís Filipe Palma (CDU), José António Rocha (BE), a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira, o Senhor Vereador Filipe Pacheco e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - Foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:

6.1.1- Pelo Falecimento de Luis Patrão apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido Almeida (PS), (anexo 1).

6.1.2 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação do voto de pesar, tendo sido aprovado por unanimidade.

6.1.3 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – Para apresentar uma Declaração Política usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU);

6.2.1 – Para esclarecimentos usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.3 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação “Proposta de Cerimónia Oficial para Comemorar o 25 de Novembro” (Anexo 2);

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação sobre a criação de “Grupo de Trabalho para Implementação Urgente de Videovigilância” (Anexo 3);

6.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação sobre “Criação de um Banco Alimentar Animal em Almada” (Anexo 4);

6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), para apresentar uma Saudação à “Comunidade Educativa” (Anexo 5);

6.3.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Contra os Aumentos dos Combustíveis” (Anexo 6);

6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Contra os Aumentos Incomportáveis na Fatura da Água em Almada” (Anexo7);

6.3.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Criação e Requalificação de Mais Espaços Verdes no Concelho” (Anexo 8);

6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Manutenção das Passadeiras para Peões” (Anexo9);

6.3.9 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Pela Criação da Residência do Professor” (Anexo10);



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE), para apresentar uma Moção “Pela Melhoria da Rede de Escolas no Concelho de Almada” (Anexo 11);

6.3.11 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU), para apresentar uma Moção “Em Defesa do Serviço Nacional de Saúde Público, Universal e Gratuito” (Anexo 12);

6.3.12 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), para apresentar uma Moção “Saudação à Seleção Nacional de Futsal Sub-19 e a Tomás Colaço” (Anexo13);

6.3.13 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU), para apresentar uma Moção “Assegurar o Direito à Habitação. Exigir ao Governo Medidas para Reduzir o Valor das Rendas e das Prestações ao Banco” (Anexo 14);

6.3.14 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS), para apresentar um Voto de Saudação “Pela Inauguração do Edifício do Ensino Secundário da Escola Carlos Gargaté” (Anexo 15);

6.4 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Margarida Ramires Paulos (PAN), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Francisco Salgueiro (PSD), Ana Margarida Lourenço (PS), António Pedro Maco (CDS-PP) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.5.1 – A Proposta de Recomendação sobre “Cerimónia Oficial para Comemorar o 25 de Novembro” foi rejeitada com 30 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito Independente; 1 abstenção da eleita do PAN e 6 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.5.2 – A Proposta de Recomendação sobre “Grupo de Trabalho para Implementação Urgente de Videovigilância” foi rejeitada com 33 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito Independente; 1 abstenção da eleita do PAN e 3 votos a favor sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.5.3 – A Recomendação sobre “Criação de um Banco Alimentar Animal em Almada” foi aprovada por maioria com 20 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 abstenções sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito Independente.

6.5.4 – A Saudação à “Comunidade Educativa” foi aprovada por pontos, tendo verificado os seguintes resultados:

6.5.4.1 – Os Considerando e ponto 1 da Saudação foram aprovados por unanimidade;

6.5.4.2 – O Ponto 2 da saudação foi aprovado por maioria com 20 votos a favor, sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 abstenções, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito Independente.

6.5.5 – A Moção “Contra os Aumentos dos Combustíveis” foi rejeitada com 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito Independente; 6 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 14 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da eleita do PAN.

6.5.5.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU), anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.5.6 – A Moção “Contra os Aumentos Incomportáveis na Fatura da Água em Almada” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito Independente; 16 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 1 abstenção da eleita do PAN.

6.5.7 – A Moção “Criação e Requalificação de Mais Espaços Verdes no Concelho” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito Independente; 17 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.5.8 – A Moção “Manutenção das Passadeiras para Peões” foi rejeitada com 20 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito Independente; 17 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP.

6.5.9 – A Moção “Pela Criação da Residência do Professor” foi rejeitada com 17 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito Independente; 7 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 13 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD.

6.5.9.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU) anunciou que apresentaria uma Declaração de voto por escrito.

6.5.10 – A Moção “Pela Melhoria da Rede de Escolas no Concelho de Almada” foi rejeitada por maioria com 19 votos contra sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD; 18 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito Independente.

6.5.11 – A Moção “Em Defesa do Serviço Nacional de Saúde Público, Universal e Gratuito” foi votada por pontos tendo-se verificados os seguintes resultados:

6.5.11.1 – Os Considerandos e os pontos 1, 2 e 3 foram aprovados por unanimidade;

6.5.11.2 – O ponto 4 foi aprovado por maioria com 18 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito Independente; 3 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 16 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.5.11.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.5.12 – A Saudação à “Seleção Nacional de Futsal Sub-19 e a Tomás Colaço” foi aprovada por unanimidade.

6.5.13 – A Moção “Assegurar o Direito à Habitação. Exigir ao Governo Medidas para Reduzir o Valor das Rendas e das Prestações ao Banco” foi aprovada por maioria com 17 votos a favor sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 20 abstenções sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito Independente.

6.5.14 – O Voto de Saudação “Pela Inauguração do Edifício do Ensino Secundário da Escola Carlos Gargaté” foi aprovada por maioria com 21 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente; 116 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.5.14.1 – Os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Geraldes (CDU) e António Pedro Maco (CDS-PP) anunciaram que apresentariam Declarações de Voto por escrito.

6.6 – Os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Antonio Rocha (BE) e Margarida Ramires Paulos (PAN) anunciaram que apresentariam Declarações de Voto por escrito, referentes ao Voto de Saudação ao “Dia Nacional do Antigo Combatente”

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, para apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento da Assembleia Municipal;

7.1.1 – Para apresentar o Relatório da 5ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU);

7.1.2 – Para apresentar o Relatório da 7ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

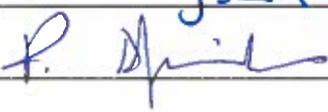
8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca da 00H30, deu-se por concluída a primeira Reunião da Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na segunda Reunião, prevista para 22 de setembro, pelas 21H15.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Gabriel Machado da Rosa, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, Mara Rita Martins, Catarina de Matos Pé-Curto e Filipa Lourenço Cruz.

10 – Foi verificada a presença de cerca de quarenta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE 

O 1º SECRETÁRIO 

A 2ª SECRETÁRIA _____



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Patrão

No passado dia 16 de julho faleceu Luís Patrão, destacado e histórico dirigente do Partido Socialista, e então Secretário Nacional para a Administração e membro da sua Comissão Permanente.

Nascido a 08 de dezembro de 1954 na Covilhã e licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, Luís Patrão desempenhou, ao longo das últimas décadas e em diferentes momentos, relevantes funções na vida do Partido e do País, nomeadamente enquanto deputado às II e VIII Legislaturas, Chefe dos Gabinetes dos Primeiros-Ministros dos XIII e XVII Governos Constitucionais, Secretário de Estado da Administração Interna entre 1999 e 2000, Presidente do Turismo de Portugal entre 2006 e 2011, e, desde 2014, Secretário Nacional para a Administração e membro da Comissão Permanente do PS.

O seu notável percurso profissional, cívico e político no Partido Socialista e em diversas áreas da sociedade ficará sem dúvida registado na história da nossa democracia.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 21 e 22 de setembro de 2023, expressa à família, amigos do Dr. Luís Patrão e ao partido socialista as suas mais profundas condolências.

Almada, 21 de setembro de 2023

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	21/09/2023
ANEXO Nº	1 ATA Nº 39/XIII-35



Excelentíssimo Senhor Presidente
da Assembleia Municipal de Almada

Almada, 21 setembro de 2023

Assunto: Proposta de Cerimônia Oficial para Comemorar o 25 de Novembro

No próximo dia 25 de novembro, celebraremos o 48.º aniversário de um evento que moldou profundamente a história de Portugal: o 25 de Novembro de 1975. Esse movimento histórico foi crucial para conter a ala radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e para definir o caráter pluralista e democrático do regime político e constitucional português. Ele marcou o fim da tumultuosa transição revolucionária que se seguiu ao 25 de Abril.

Foi um momento singular na história de Portugal, no qual o povo demonstrou sua firmeza ao não ceder às manobras táticas e estratégicas de uma minoria radical que poderia ter levado o país à beira de uma guerra civil. Portugal rejeitou uma visão autocrática e internacionalista, optando por um caminho diferente que o salvou de uma nova ditadura.

Este dia foi fundamental para que Portugal abraçasse de forma unânime uma política de integração europeia e ocidental, um entendimento que tem perdurado nos últimos 49 anos e é compartilhado pela grande maioria da população portuguesa.

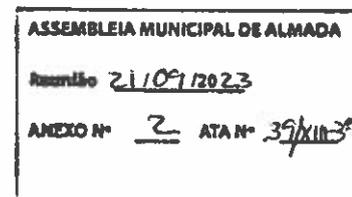
Não podemos compreender completamente o significado do 25 de Abril de 1974 sem considerar o 25 de Novembro de 1975, e vice-versa. Esses dois eventos são interligados e sua complementaridade é essencial para entender nossa história.



Relembrar e celebrar o 25 de Novembro é não apenas uma questão de justiça histórica, mas também uma oportunidade de refletir sobre o presente e reconhecer o papel crucial de nossas Forças Armadas para garantir um futuro melhor para Portugal.

Desta Forma o Grupo Municipal do Partido Chega propõe a realização de uma cerimônia oficial para comemorar o 25 de Novembro, com o mesmo respeito e dignidade dedicados a outras datas igualmente importantes, como o 25 de Abril.

Grupo Municipal do Partido Chega





Excelentíssimo Senhor Presidente
da Assembleia Municipal de Almada

Almada, 21 de Setembro de 2023

Assunto: Grupo de Trabalho para Implementação Urgente de Videovigilância

Os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) mostram um claro e inequívoco aumento da criminalidade em Almada.

Já em 2021 o aumento era superior a 6%, em 2022 o aumento é quase o dobro, 11,71%

Almada tem mais ocorrências que o Seixal e o Montijo juntos.

Almada com os seus 177 mil moradores tem 6828 ocorrências, O Seixal e o Montijo juntos têm mais de 222 mil moradores e perfazem 6265 ocorrências.

Somos o concelho do distrito com o maior número de ocorrências, passando o 2º “classificado”, Setúbal, em quase 2400 ocorrências por ano.

Almada tem mais ocorrências que Cascais, Amadora ou Loures.
Isto quer dizer que é mais provável ser vítima de um crime em Almada do que Amadora ou Loures.

Almada é o 5º concelho do país com maior número de ocorrências totais, o 12º dos 308 concelhos nacionais, em número de crimes por mil habitantes.

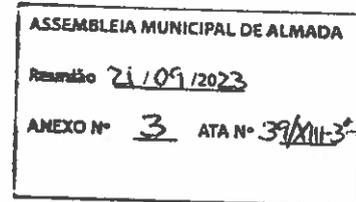
Face a esta situação, o Partido Chega vem propor uma forte e imediata aposta na Videovigilância como forma dissuasora da criminalidade.



Desta forma, o Partido Chega instiga a Câmara a:

- Criar um Grupo de trabalho que vise a colocação urgente de sistemas de videovigilância nos locais mais problemáticos.
- Os executivos das Juntas de Freguesia do Concelho sejam envolvidos na elaboração de propostas de locais a implementar o sistema.
- As forças de segurança existentes no concelho sejam consultadas e envolvidas na identificação dos locais com mais ocorrências.

Grupo Municipal do Partido Chega



RECOMENDAÇÃO

Criação de um Banco Alimentar Animal em Almada

O aumento do custo de vida generalizado que se faz sentir também na alimentação, trouxe dificuldades acrescidas aos munícipes carenciados com animais e às cuidadoras de colónias de gatos, que veem o preço das rações aumentar de dia para dia. Muitas pessoas sentiam já dificuldades em conseguir alimentar os seus animais, e a conjuntura atual acentuou muito essa realidade.

O apoio alimentar a animais de munícipes carenciados ou gatos de colónias inscritos no programa CED, para além de diminuir o abandono e os problemas de saúde, é um ato de solidariedade e apoio às pessoas em carência económica e às cuidadores e cuidadores que lutam diariamente pelos animais que vivem na rua.

São vários os exemplos de municípios que já implementaram esta medida, e Almada, pode e deve dar este passo que significa uma enorme ajuda para quem mais precisa. Valongo criou em 2021 um banco alimentar animal para famílias carenciadas com animais. Penafiel também em 2021 criou um programa de apoio a famílias carenciadas, em que 1 vez ao mês, cada família recebe ração para os seus animais. De recordar que o município de Penafiel também apoia as famílias mais carenciadas na esterilização dos seus animais de companhia.

Propomos assim a criação de um Banco Alimentar Animal em Almada, com a cedência de um espaço onde a ração possa ser armazenada e posteriormente distribuída através de uma parceria com uma associação ou através da Provedoria dos animais e dos seus voluntários. São muitos os apelos de munícipes e de cuidadoras que não têm comida para os animais que cuidam, ficando numa situação de vulnerabilidade e desespero. Esta medida permite minimizar as dificuldades de quem cuida de animais de rua e de quem se vê sem capacidade económica para alimentar os seus animais.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 21 e 22 de setembro delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- A criação de um Banco Alimentar Animal que permita ajudar com ração animais de munícipes carenciados e cuidadoras de colónias inscritas no programa CED.

Almada, 21 de setembro de 2023

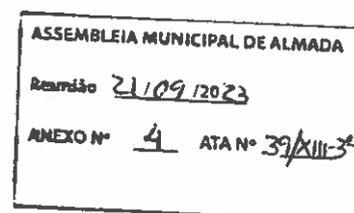
Pessoas - Animais - Natureza

Margarida Paulos

Margarida Paulos

(Deputada Municipal do PAN)

Pessoas – Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Almada,
Largo 5 de outubro, nº 34
2805-119 Cova da Piedade
E-mail amalmada@pan.com.pt
Site AMA www.assembleialmada.org





MOÇÃO (Saudação à Comunidade Educativa)

Com o início do novo ano escolar, saudamos toda a comunidade educativa, particularmente a almadense, na sua vasta composição de educadores, professores, alunos, técnicos educativos, assistentes operacionais e administrativos, associações de pais e encarregados de educação, assim como outras entidades ligadas à Educação que garantem o funcionamento do ano letivo 2023/2024.

O ano letivo 2023/2024 arrancou com dificuldades na contratação de docentes, situação que lamentavelmente é replicada ano após ano, agravada no atual quadro pela existência de cerca de um milhar de horários vazios, sobretudo nas regiões do Algarve e Lisboa e Vale do Tejo.

Sabemos a luta que a comunidade educativa, em particular professores e educadores, desenvolveram no passado ano letivo, em resultado de um acumular de anos sem resolução por parte da tutela e que expõem cada vez mais as fragilidades do sistema de ensino em Portugal, não devolvem direitos conquistados, nem a paz social tão necessária às escolas para cumprir o seu desígnio.

Também sabemos que é preciso recuperar a dignidade da carreira docente e que precisamos de uma escola com professores valorizados e motivados para corresponder aos desafios que a Escola hoje representa. As condições de trabalho na Escola daqueles que se dedicam ao ensino deve merecer o nosso respeito e esse respeito deve ser expresso pelas políticas públicas do governo.

A Educação pela importância que tem para a Sociedade, deve constituir-se como fator determinante para minorar e eliminar as desigualdades sociais, estimulando um ensino onde o desenvolvimento de competências académicas e outras coloquem os alunos no caminho do sucesso.

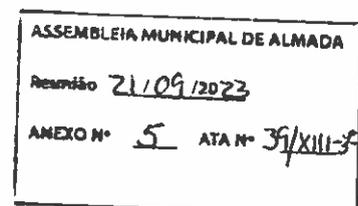
Se a opção for a intransigência que o Governo tem adotado, sem encontrar soluções para a colocação de professores, não garantir a estabilidade para o arranque do ano letivo, continuar a não negociar a reposição do tempo de serviço e a progressão nas carreiras, iremos referir-nos sempre à existência de um clima de instabilidade das escolas, dos professores, dos estudantes e das famílias.

Por termos a consciência do que têm sido os anos mais recentes vividos na Escola, com adversidades e intensas ações de luta, valorizamos o continuado e resiliente empenho da comunidade educativa para manter o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, o desenvolvimento de competências e dos respetivos programas curriculares, ao mesmo tempo que prosseguem as suas reivindicações que correspondam à melhoria das suas condições de trabalho, salvaguardem direitos e promovam novas políticas educativas.

Assim, o Grupo Municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Saudar a Comunidade Educativa, em particular a almadense, com sentimento de gratidão pelo seu papel fundamental na garantia de um ensino de qualidade nas nossas Escolas;
2. Manifestar a nossa solidariedade com as ações de luta e as reivindicações da Comunidade Educativa pela de exigência de direitos, condições dos estabelecimentos de ensino, de trabalho, de estudo e melhoria das políticas educativas.

Charneca de Caparica, 21 de setembro de 2023
O Grupo Municipal da CDU





CDS-PARTIDO POPULAR

CONTRA OS AUMENTOS DOS COMBUSTÍVEIS

A juntar à crise económico-financeira que o país atravessa, com cada vez menos poder de comprar dos cidadãos, aos impostos que sobrecarregam as empresas e aos baixos salários da população portuguesa comparativamente aos salários praticados no resto da Europa, acrescentado ainda o grave problema da habitação e do aumento das rendas e altas taxas de juro no crédito à habitação sem historial, o aumento sistemático e constante dos combustíveis acarreta junto dos portugueses um sinal preocupante de perda de poder de compra e de empobrecimento.

O aumento do custo de vida torna-se no presente, insuportável e responsável pela perda de qualidade de vida dos portugueses onde a factura ao final do mês dos bens essenciais como a alimentação, o gás, a electricidade e até a água, condicionam as escolhas das famílias portuguesas, juntando-se aos custos com a saúde e educação, e com os demais impostos e taxas que são obrigados a cumprir legalmente.

Se é certo que o mercado condiciona os preços dos combustíveis, nomeadamente o petróleo e demais matérias-primas, é também fundamental que sejam criados mecanismos e políticas nacionais que minimizem o impacto dos custos e da subida do preço do petróleo.

A subida constante dos combustíveis, e por norma sobem sempre mais do que descem, é altamente nociva para a economia quer das famílias quer das empresas, levando ao aumento inevitável dos custos do produto final, onde o consumidor é sempre quem mais paga. Nessa subida está reflectida em muito o cabaz alimentar que tem um impacto negativo e significativo na sua despesa com o disparo dos combustíveis acabando por tornar o IVA zero numa medida praticamente ineficaz. Desta feita, o aumento dos combustíveis condiciona gravemente a qualidade de vida das famílias.

Também estes aumentos se repercutem na produção industrial e em actividades indispensáveis como é o caso da actividade piscatória onde os custos do gasóleo asfixiam completamente a produção e condicionam o custo final do produto.

É neste aflorar do problema que o Governo tem de, obrigatoriamente, intervir de forma célere e passar das palavras e das promessas aos actos, sob pena de agudizar ainda mais o garrote financeiro que suportam as famílias e as empresas. É urgente assim, aliviar a carga fiscal aos portugueses e evitar a continuação desta instabilidade económica que em nada ajuda ao desenvolvimento da economia.

Se é certo que o Governo não tem o controlo dos vários factores extrínsecos que condicionam a oscilação dos preços das matérias-primas fósseis (ainda) indispensáveis para a vida em sociedade, tem a obrigação e o dever de tentar minimizar o impacto negativo através de políticas direccionadas no que toca a fiscalidade, nomeadamente na baixa da taxa de ISP e de carbono, que, no momento, penaliza fortemente o cidadão.

Se é também certo que a resolução do problema na totalidade não depende dos governos nacionais, este mecanismo na medida e redução dos impostos é essencial e auxilia de forma

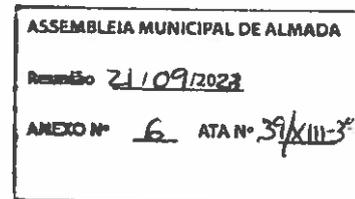
considerável a minimizar o seu impacto junto das famílias e das empresas reduzindo a sua carga fiscal.

Deste modo, o Estado não pode continuar a reter grande parte do imposto, considerando que os portugueses, bem comparativamente com Espanha, não podem continuar com a pagar uma carga tributária tão elevada numa altura em que ultrapassam uma crise financeira onde por exemplo, já fazem um enorme esforço para efectuar o pagamento das prestações ou da renda da casa.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 21 e 22 de Setembro, na localidade da Charneca da Caparica, **exige da parte do Governo liderado pelo Primeiro Ministro, António Costa, a intervenção directa e urgente, na política fiscal relativa aos combustíveis, em concreto a redução da retenção para o Estado dos impostos a que tem direito, nomeadamente na baixa do ISP e do carbono, dando um sinal de compreensão e intenção de aliviar a carga fiscal às famílias e a quem produz riqueza no país, as empresas, minimizando assim, o impacto negativo que acarreta os sucessivos aumentos.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

21 de Setembro de 2023





CDS-PARTIDO POPULAR

CONTRA OS AUMENTOS INCOMPORTÁVEIS NA FACTURA DA ÁGUA EM ALMADA

A grande maioria das famílias do concelho de Almada viram nos últimos meses as suas facturas da água subirem consideravelmente, prejudicando de forma inqualificável a sua taxa de esforço mensal, debilitando ainda mais as suas poupanças e acarretando consigo o sobrecarregar de encargos financeiros numa altura que deveria ser de ajuda por parte das entidades como a autarquia, a com o objectivo de minimizar o custo de vida elevado que os portugueses atravessam.

O que as famílias têm pela frente é o aumento da factura e o agudizar dos seus problemas financeiros ao final do mês devido à insistência da manutenção de taxas inflacionadas, muitas das vezes, suportadas pelo argumento da necessidade de investimentos e de actualização de preços. Ora, o que se constata na realidade é que investimentos e fundo e de relevo que justifiquem esses aumentos pela entidade responsável pela gestão da água pública e pela subida da factura da água, o SMAS de Almada, conhecem-se muito poucos ou quase nenhuns.

Ao acréscimo injusto do consumo de água por parte das famílias, junta-se ainda as elevadas taxas complementares que compõem a factura da água referente a saneamento de água residuais e gestão de resíduos. Tudo isto, o cidadão e as famílias em Almada pagam bem caro e inflacionado.

Estes aumentos foram fortemente contestados pelas populações em Almada aquando das últimas actualizações alertando nessa altura para os problemas de facturação elevada que iriam prejudicar gravemente as famílias naquele que é considerado o bem mais essencial à vida humana.

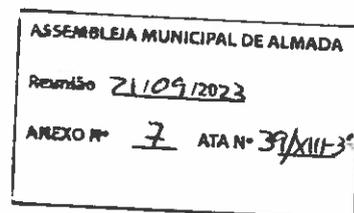
A tudo isto, o SMAS de Almada, a câmara municipal e os partidos que apoiam o executivo, PS e PSD, quer na câmara quer na assembleia municipal, não foram sensíveis a esses apelos e refugiados na argumentação dos investimentos estruturais e indispensáveis aumentaram de forma insensível os custos de consumo de água, que com os custos das demais taxas, faz com que nos dias de hoje muitas dessas famílias já paguem inexplicável e surpreendentemente, mais na factura da água do que na factura da luz.

Este executivo PS PSD em Almada, demonstra uma grande insensibilidade social, sendo a sua propaganda completamente contrária à realidade daquilo que prometem.

Deste modo, considerando as preocupações atrás mencionadas por parte das populações do concelho de Almada que se veem prejudicadas deliberadamente no consumo e na facturação ao final do mês devido às elevadas taxas contidas na factura, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 21 e 22 de Setembro, vem desta forma, **repudiar o aumento exponencial da factura mensal da água pelas famílias almadenses, não só no aumento do custo do consumo da água como também as elevadas taxas de resíduos, que asfixiam ainda mais o consumidor em alturas de grave crise económica e financeira, ao mesmo tempo que exige da câmara municipal e dos SMAS que criem mecanismos de revertam este impacto negativo que sobrecarrega a factura da água contribuindo para o empobrecimento das famílias do concelho.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

21 de Setembro de 2023





CDS-PARTIDO POPULAR

CRIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE MAIS ESPAÇO VERDES NO CONCELHO

Nos tempos contemporâneos nunca os espaços verdes e a sua configuração nas novas cidades foi tão falado e discutido na sociedade, a fim de projectar novas formas de convivência do espaço público de futuro como garante de uma melhor qualidade de vida das populações e o do meio ambiente envolvente onde se engloba em simultâneo os animais e a flora terrestre.

É na busca do concretizar dessa harmonia que o interesse em desenhar “cidades verdes” e capazes de funcionar como verdadeiros pulmões das cidades, são há muito pensadas e objecto de estudo e de experimentação até se encontrar o ideal ponto de equilíbrio aceitável entre o desenvolvimento normal da vida em sociedade e o seu meio ambiente.

Um dos grandes pensadores de referência, é, sem dúvida, o saudoso Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, que durante o longo percurso da sua vida, dedicou-se ao estudo e às soluções que procuravam encontrar esse equilíbrio estável e duradouro, demonstrando que é possível a sã convivência entre o desenvolvimento da tecnologia e o meio ambiente.

Esta posição visionária daquilo que devem ser as cidades do futuro, auxiliada pela necessidade da criação normal de novos padrões e de organização social, tal como a obtenção de mais informação e conhecimento, não se esgota obviamente, em Gonçalo Ribeiro Telles. Contudo, o seu legado de anos de pesquisa, estudo e de propostas, pode ser um caminho a considerar aquando da elaboração de planos e de criação e implementação de políticas verdes e direccionadas para o incremento da qualidade de vida mais saudável nos grandes espaços e aglomerados urbanos.

Como exemplo, algumas das propostas deixadas por Gonçalo Ribeiro Telles, apontam para criação de verdadeiras *smart cities* direccionadas para o meio ambiente, resultando as novas cidades não apenas num plano essencialmente betuminoso, mas, pelo contrário, um conjunto de planos interligados e dependentes onde a estratégia verde nos mais variados níveis e soluções é crucial para a criação de comunidades com qualidade.

Assim, destacam-se as propostas do reforço do uso do “verde” no espaço público nas suas mais variadas acepções sempre que possível contrastando com o habitual uso de outras matérias ao longo das vias rodoviárias, no centro das rotundas, a implementação e integração de espaços de vegetação verde em espaços e locais convergentes com o edificado, afirmando mesmo que: *“o plano verde é um instrumento essencial na concepção dos espaços exteriores da cidade cuja autonomia do desenho é exigida pela rectaguarda biofísica e cultural que lhe é própria e pela prática das artes que desde há muito servem a construção da paisagem viva”*.

Aproveitando o seu legado e as suas propostas, é necessário que também Almada possa distinguir-se pela sua paisagem, consubstanciada e concebida em princípios estéticos e éticos tendo como finalidade a harmonia e elegância da natureza, numa verdadeira aposta na biodiversidade biológica e das espécies, onde se podem incluir, por exemplo, as árvores de frutos no espaço público atribuindo-lhe uma harmonia visual acolhedora e transportadora de odores agradáveis ao sentido humano ao mesmo tempo que se possa apostar e reforçar a utilização e recurso da água, sempre em movimento e mecanismo cíclico para evitar o desperdício, implementando também uma certa musicalidade natural ao espaço urbano.

A aposta em políticas direccionadas para a criação dos espaços verdes nos meios urbanos tão acinzentados e carregados de betão, tornam as cidades mais atractivas, mais acolhedoras, mais integrativas e potenciadoras de melhorar a saúde física e mental das pessoas, ao mesmo tempo que atrai para o seu centro as mais variadas espécies animais que podem conviver de forma harmoniosa com o ser humano.

Por fim, entre outros tantos benefícios dos espaços verdes citadinos, ajudam consideravelmente a minimizar os impactos meteorológicos nomeadamente os extremos, onde se destacam as ondas de calor, contribuindo não só como zonas de sombra, mas também de absorção de grande parte das temperaturas.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 21 e 22 de Setembro, na localidade da Charneca da Caparica, vem por este meio, **recomendar à câmara municipal a aposta no reforço e na elaboração de políticas e de planos direccionados à implementação e ao reforço da criação de mais espaços verdes no concelho de Almada, a fim de minimizar em primeiro lugar os impactos negativos climatéricos ao mesmo tempo que proporciona uma maior harmonia e bem-estar entre a natureza e a comunidade na sua relação entre pessoas, animais e a ecologia.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

21 de Setembro de 2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	21/09/2023
ANEXO Nº	8 ATA Nº 39/XIII-3



CDS-PARTIDO POPULAR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA

MANUTENÇÃO DAS PASSADEIRAS PARA PEÕES

Considerando que a sinistralidade rodoviária em Portugal tem índices elevados com resultados muitas das vezes trágicos para todos os ocupantes e utilizadores das vias públicas transitáveis, todos os esforços e mecanismos legislativos que tenham como finalidade reduzir os impactos negativos da sinistralidade e promoção de uma condução e vivência da via pública em segurança, devem ser alvo de reforço e de estratégia numa conjugação abrangente de esforços com vista a melhorar a segurança rodoviária.

Também neste papel de intervenção na prevenção contra a sinistralidade e promoção de segurança rodoviária, as autarquias em conjunto com o Estado e as demais entidades responsáveis pela área, devem ter uma acção preponderante.

Tendo assim em conta a responsabilidade de cada entidade em matéria de segurança rodoviária e de legislação aplicável aos casos gerais e a casos concretos em cada concelho, as autarquias devem fomentar e desenvolver dentro das suas atribuições a sua cota-parte na prevenção e na criação de bons hábitos do uso das vias públicas em matéria de mobilidade e segurança rodoviária.

A saber, além dos planos de mobilidade e de acessibilidades em consonância com as realidades e propósitos dos municípios nos seus termos, do território e do seu relevo, também as questões de sinalização (vertical e horizontal), a semaforização e todo o restante meio envolvente directa e indirectamente, é responsabilidade acrescida da autarquia, devendo para tal, estar devidamente actualizada e pronta a dar resposta eficaz a todos os problemas e necessidades das populações.

No caso concreto, as passadeiras regulamentadas pelo Código da Estrada com o objectivo de garantir aos transeuntes direitos de atravessamento das faixas de rodagem, ao mesmo tempo que lhe confere deveres imprescindíveis, devem consolidar uma maior segurança a quem usa o espaço público sejam peões sejam automobilistas.

Para tal, a fim de que sejam realmente garantidos esses direitos e concretização dos deveres, é crucial que a respectiva sinalização horizontal demarcada no asfalto ou demais locais onde se pretende sinalizar o atravessamento de peões, esteja em conformidade nomeadamente visível e perceptível para utilização em conformidade evitando desta feita, acidentes ou constrangimentos rodoviários.

Acontece que, por vezes, a sinalização horizontal demarcada para atravessamento de peões, vulgo, neste caso, passadeiras, encontram-se em necessidade urgente de manutenção devido à fraca visibilidade, acarretando consigo os variados perigos não cumprindo com a sua essencial função de garantia da segurança rodoviária.

É obrigação das autárquicas em cooperação com as juntas de freguesia no que concerne ao seu plano de mobilidade e acessibilidades, garantir não só a instalação de sinalização rodoviária, mas também a sua manutenção permanente e em condições.

Também no concelho de Almada é necessário garantir que as passadeiras estejam em condições operacionais de efectuar a função que lhe é conferida no Código da Estrada, nomeadamente o garante da segurança a pões vulneráveis como é o caso dos idosos, pessoas com mobilidade condicionada e reduzida, crianças e restantes transeuntes, proximidade de escolas, lares de idosos e hospitais, ao mesmo tempo que devem ser adaptados mais mecanismos de controlo de velocidade geralmente conhecidos como lombas oferecendo uma maior segurança a quem utiliza o espaço público.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 21 e 22 de Setembro de 2023, na localidade da Charneca da Caparica, **vem apelar junto da câmara e das juntas de freguesia, a necessidade da manutenção regular das passadeiras para peões no concelho de Almada, tal como o reforço de demais meios previstos no Código da Estrada para a sua sinalização atempada e em segurança, atribuindo ainda nos locais onde se identifique a sua necessidade temporizadores com a informação do tempo previsto para o atravessamento e sinalização sonora para invisuais, com o objectivo do garante de uma segurança rodoviária eficaz e minimizadora da sinistralidade**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

21 de Setembro de 2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	21/09/2023
ANEXO Nº	9 ATA Nº 39/2023



CDS-PARTIDO POPULAR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA
PELA CRIAÇÃO DA RESIDÊNCIA DO PROFESSOR

Portugal vive nos dias de hoje um grave problema em termos de habitação que coloca em causa os direitos não só da juventude em início dos seus estudos, de carreira ou constituição de família, mas também daqueles que querem garantir e preservar para futuro a sua actual habitação, cada vez mais incerta e em risco, tal como preservar a habitação condigna dos idosos, cabendo ao Estado como o primeiro responsável pela criação de políticas e um plano de acção que possa dar garantias de uma habitação justa e condigna às famílias.

São públicas as necessidades e as dificuldades que os alunos deslocados passam para obterem uma casa onde possam residir com o objectivo de prosseguir os seus estudos, nomeadamente, o seu percurso académico nos mais variados estabelecimentos de ensino superior do país.

A dificuldade na obtenção de morada temporária torna-se no presente um enorme obstáculo a quem pretenda fixar-se noutra concelho, muitas das vezes a centenas de quilómetros da sua residência habitual, levando no limite, a que os alunos tenham de desistir do seu percurso académico ou optar por outras escolhas que não o curso e aprendizagem desejada.

Acresce que os problemas que acarretam o sistema de ensino na sua vertente de habitação não são exclusivos dos alunos. Também os professores vivem actualmente, o vastíssimo pesadelo da falta e dificuldade de habitação, nomeadamente quando são deslocados para leccionar quer em estabelecimentos de ensino superior quer nos restantes níveis de ensino.

As recentes e constantes reivindicações e preocupações dos professores na obtenção de local de residência espelham bem a dimensão do problema e a necessidade urgente de encontrar soluções que possam garantir não só um local de residência temporária para os professores, mas a qualidade e bem-estar que qualquer ser humano tem por direito na sua habitação.

Se se acrescentar a falta de professores que prejudica o sistema de ensino, pois sem professores não há escola, o problema da falta de habitação para os professores deslocados, agudiza ainda mais o problema colocando em risco a qualidade do ensino que é prestado aos alunos.

Se se acrescentar ainda as constantes jornadas de luta dos professores em torno da reivindicação dos seus direitos e a melhoria das condições atractivas para a profissão, nomeadamente através de manifestações na rua e greves ao serviço, a recuperação do tempo de serviço e a progressão na carreira, as horas extra que acarreta o excesso de trabalho, são dos principais problemas que os professores e os vários sindicatos que os representam querem ver resolvido com a máxima urgência.

Almada não será excepção. No concelho residem e pretendem vir a residir, um número significativo de professores que reivindicam todos os dias a melhoria dos seus direitos, e que se espalham pelos muitos estabelecimentos de ensino que vão desde o básico ao ensino superior.

Com os problemas que assolam a classe média em termos de aquisição de habitação, o concelho de Almada vê-se a braços com o agravar não só da falta de fogos como a dificuldade acrescida

de arrendar um espaço devido aos preços inflacionados das rendas. Comprar casa, ainda por mais para um professor com a sua situação de mobilidade constantemente instável, não é opção nomeadamente tendo em conta os problemas derivados do aumento exponencial e constante das taxas de juro.

Resta neste cenário trágico para a Educação, a precariedade habitacional para os professores que ou se veem impossibilitados de exercer a sua profissão, ou ainda pagam rendas altíssimas para manter o seu posto de trabalho, muitas das vezes em condições indignas de habitabilidade.

Um concelho que quer fixar e atrair pessoas dando garantia da qualidade e excelência de oferta tem ele mesmo que acautelar as condições propícias em habitação, emprego, fiscalidade, segurança, saúde, cultura e lazer, entre outras, valendo-se para tal de políticas e estratégias direccionadas para o desenvolvimento socioeconómico local.

No que diz respeito ao professor, a autarquia pode entre outras tentativas que estejam ao seu alcance, auxiliar na criação de espaços onde os mesmos possam fixar-se mesmo que temporariamente e condicionados ao seu contrato laboral com o estabelecimento de ensino, tal como acontece com os alunos, nomeadamente na criação da residência do professor com condições dignas de permanência e segurança.

A criação da residência do professor em Almada seria um sinal de manifesta preocupação do concelho, da câmara municipal e das suas políticas em complementaridade com o Estado central, no auxílio à resolução dos problemas que assolam a Educação, tal como um sinal de resposta que a autarquia pode dar para ajudar os problemas dos professores em termos de habitação aquando da necessidade de mobilidade e residência no concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária de Setembro, nos dias 21 e 22 na localidade da Charneca da Caparica, vem desta forma, **defender junto da Câmara Municipal de Almada, a construção pela autarquia da residência do professor, nos termos da responsabilidade que as autarquias devem ter em conjunto com o Estado na melhoria da qualidade da Educação, dos alunos e dos seus profissionais.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular

21 de Setembro de 2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	21/09/2023
ANEXO Nº	10
ATA Nº	39/XIII-3

Moção

Pela melhoria da rede de escolas no Concelho de Almada

- A. Em mais um ano letivo que se inicia, continuam a notar-se as lacunas que o Concelho de Almada tem ao nível de equipamentos escolares, em especial nas freguesias de Charneca/Sobreda, Costa da Caparica e Trafaria.
- B. A inauguração de um pavilhão para o Ensino Secundário na Escola Carlos Gargaté está muito longe de responder às necessidades desta freguesia, no que diz respeito ao ensino secundário;
- C. A mesma freguesia continua a ter um défice importante relativamente ao Ensino Básico, para o qual será necessário construir mais equipamentos;
- D. A Costa de Caparica tem a situação estranha de ser uma cidade na qual não existe Ensino Secundário. Os alunos da Costa que frequentam este grau de ensino têm de se deslocar diariamente para Almada, ou por vezes, o Monte Caparica;
- E. Muitos alunos do Ensino Básico da Costa da Caparica continuam sem lugar nas escolas da freguesia, sendo obrigados a deslocar-se para a Trafaria;
- F. O défice de equipamentos na educação pré-escolar é enorme;
- G. Na Trafaria a situação é ainda pior: a Escola Básica de 2º e 3º ciclos não tem o mínimo de condições de funcionamento, sendo possivelmente a única escola de pré-fabricados do ensino público em Portugal; é precisamente a população mais carenciada que é servida pela escola com piores condições, agravando ainda mais as desigualdades sociais já existentes no nosso município;
- H. Estas situações agravam-se quando são patentes as deficiências na rede de transportes públicos e a ausência de uma rede de transportes escolares.

Considerando que a recente legislação confere mais competências e verbas às autarquias locais para a educação;

Considerando que estas falhas de equipamentos escolas são lesivas não só das populações afetadas, como da igualdade do acesso à educação, a Assembleia Municipal de Almada decide:

1. Solicitar à Câmara Municipal de Almada a elaboração de um plano de construções escolares que inclua o suprir das necessidades de ensino secundário na Costa da Caparica e na Charneca/Sobreda – este plano deverá contemplar a urgência da construção de uma nova escola de 2º e 3º ciclo na Trafaria;
2. Elaborar com urgência e tornar público um levantamento das lacunas a nível de 1º ciclo



Bloco de Esquerda

Assembleia municipal de Almada

(incluindo turmas superlotadas), com o fim de resolver, na maior brevidade, essas lacunas;

3. Elaborar um plano para solucionar a deficiência de equipamentos de educação pré-escolar, incluindo equipamentos municipais devolutos que possam ser adaptados a esse fim.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	21/09/2023
ANEXO Nº	11
ATA Nº	39/III-3



MOÇÃO

(Em defesa do Serviço Nacional de Saúde Público, Universal e Gratuito)

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) encontra-se hoje, quando se assinala o 44^º Aniversário da sua criação (15 de setembro), fortemente colocado em causa! O SNS está em perigo, e é preciso salvá-lo!

A situação que hoje se vive no SNS, é consequência direta das opções dos sucessivos governos em reduzir a sua capacidade de prestar cuidados de saúde à população, mas também do cada vez maior e mais evidente apetite dos grupos privados para se apropriarem do SNS, transferindo para o seu negócio um serviço essencial ao povo português.

Apesar de tudo, é notável a capacidade de resistência e de resposta aos problemas de saúde da população, que o SNS tem assegurado, destacando-se a resposta que foi capaz de dar às exigências extremas colocadas pela pandemia de Covid-19.

A defesa do SNS é uma das questões fundamentais que se coloca aos portugueses e às portuguesas nos dias de hoje, exigindo a inversão de um caminho que tem conduzido o SNS ao seu gradual desmantelamento, com transferência de parte significativa e fundamental das suas valências para o setor privado da saúde, colocando claramente em causa o direito constitucional de acesso aos cuidados de saúde em condições de igualdade a todos os portugueses e portuguesas.

A defesa do SN passa, igualmente, pelo reconhecimento do papel insubstituível dos trabalhadores da saúde, e pela necessidade de ser assegurada uma resposta positiva às suas justas reivindicações em matéria de valorização dos salários, melhoria das condições de trabalho, investimento na formação e valorização das carreiras profissionais. É necessário investimento para que seja assegurada a salvaguarda dos direitos dos utentes e a valorização dos profissionais de saúde.

Neste quadro, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), promoveu no passado sábado, dia 16 de setembro de 2023, a Jornada Nacional de Defesa e Reforço do Serviço Nacional de Saúde, realizando marchas e concentrações em todas as capitais de distrito do continente português.

Estas 18 manifestações e concentrações, mobilizando muitos milhares de utentes dos serviços de saúde, trabalhadores e profissionais de todas as áreas da saúde, e população em geral, que saíram à rua em defesa deste direito fundamental conquistado com a Revolução de Abril e que a Constituição da República Portuguesa consagra, constituíram um importante momento de reafirmação de que o SNS é a única garantia de que todos os portugueses e todas as portuguesas possam aceder aos serviços e cuidados de saúde em condições de igualdade e equidade, e de acordo com as suas necessidades.

Milhares de trabalhadores, reformados, pensionistas e outras camadas da população, comissões de utentes da saúde, profissionais do setor da saúde, e outras organizações sociais e profissionais, trouxeram para as ruas a exigência de disponibilização ao SNS de mais recursos humanos, técnicos e financeiros, uma organização dos serviços que possibilite, de facto, o acesso de todos os cidadãos a cuidados de saúde gerais e integrados, de qualidade e em tempo útil, e a valorização das carreiras de todos os profissionais, em defesa de um SNS Público, Universal e Gratuito.

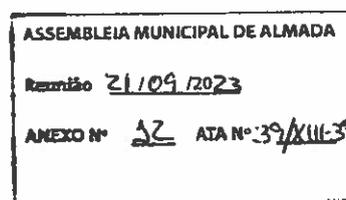
Assim, o Grupo Municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Reiterar a importância fundamental para a qualidade de vida dos portugueses e das portuguesas que assume a garantia de um Serviço Nacional de Saúde público, universal e gratuito, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa.



2. Exigir o forte e indispensável investimento do Estado no reforço em recursos humanos – médicos, enfermeiros, técnicos auxiliares e pessoal administrativo –, recursos técnicos e recursos financeiros, dotando o Serviço Nacional de Saúde das condições indispensáveis à prestação de cuidados de saúde de qualidade a todos os utentes sem exceções.
3. Exigir o forte e indispensável investimento do Estado na valorização dos salários, na melhoria das condições de trabalho, na formação profissional e na valorização das carreiras profissionais, e na salvaguarda dos direitos dos utentes.
4. Saudar vivamente a Jornada Nacional de Defesa e Reforço do Serviço Nacional de Saúde promovida pela CGTP-IN no passado dia 16 de setembro em todas as capitais de distrito do continente português.

Charneca de Caparica, 21 de setembro de 2023
O Grupo Municipal da CDU





MOÇÃO (Saudação à Seleção Nacional de Futsal Sub-19 e a Tomás Colaço)

No dia 10 de setembro, a Seleção Nacional de Futsal Sub-19 sagrou-se, pela primeira vez, Campeã da Europa, ao vencer na final a Espanha por 6-2, num jogo disputado em Porec, na Croácia.

Numa final em que Portugal começou por sofrer dois golos do adversário, os jovens portugueses conseguiram empatar até ao desfecho do primeiro tempo. Quis a história deste jogo que aos 36 minutos o golo que daria o 4-2 fosse apontado por Tomás Colaço, começando a destinar a viagem do cetro tão ambicionado até terras lusitanas.

Tomás Filipe Grácio Colaço nasceu em Almada, a 13 de outubro de 2004, tendo feito o seu percurso escolar no concelho e iniciado a sua prática desportiva na modalidade de futsal na época de 2011/2012 nos Pastilhas, seguindo na mesma época para a Casa do Benfica da Charneca da Caparica onde permaneceu até 2013/14, ingressando na época seguinte no Sport Lisboa e Benfica, clube com o qual mantém ligação, embora esteja presentemente na Quinta do Lombos, após passagem pela AD Fundão.

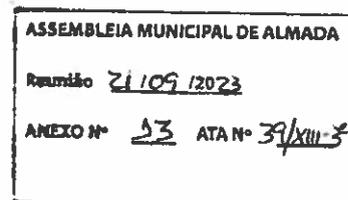
Almada é, reconhecidamente, uma terra de desportistas que se projetam a nível nacional e internacional, em resultado do trabalho desenvolvido pelo movimento associativo almadense, ao qual clubes de outra dimensão não ficam indiferentes e observam os talentos que por aqui proliferam, ao que se junta o acompanhamento dedicado das suas famílias que tudo fazem para alimentar o sonho dos seus filhos.

Tomás Colaço é o mais recente motivo de orgulho enquanto almadenses e apreciadores do fenómeno desportivo, pelo que o seu exemplo pode e deve representar para todos, em especial para os jovens que como ele sonham, no desporto ou em outras áreas de atividade, atingir os mais altos patamares.

Assim, o Grupo Municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Saudar a Seleção Nacional de Futsal Sub-19 pela conquista inédita do Campeonato Europeu disputado em Porec, na Croácia, momento que engrandece Portugal e é orgulho dos portugueses;
2. Manifestar o profundo reconhecimento ao Tomás Colaço pela conquista alcançada, a qual ficará gravada a ouro nos anais do desporto nacional, acrescentando o seu nome aos campeões da nossa terra, orgulho particular dos almadenses, pelo que o seu exemplo representa como referência para as novas gerações que nele se podem inspirar para alcançar os seus sonhos.

Charneca de Caparica, 21 de setembro de 2023
O Grupo Municipal da CDU





MOÇÃO

(Assegurar o direito à habitação. Exigir ao Governo medidas para reduzir o valor das rendas e das prestações ao banco)

Os problemas da habitação com que os portugueses se confrontam, assumem uma extraordinária dimensão, exigindo a adoção de medidas que travem e revertam a dinâmica especulativa a que está submetida, recentrando no Estado a responsabilidade constitucional e os meios indispensáveis para um amplo e eficaz programa nacional de habitação de promoção pública.

Medidas que têm de assumir como objetivo central, enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de centenas de milhares de famílias.

Medidas que, para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis, garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector.

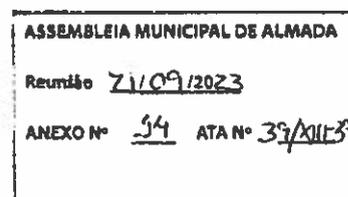
Medidas que não encontramos no chamado pacote “mais habitação”, recentemente lançado pelo Governo. Este, como anteriores programas semelhantes, não assegura nem o forte investimento público, nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Não é sério praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que exige uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional.

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem, designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.

Assim, o Grupo Municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Reclamar ao Governo a adoção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital.
2. Exigir ao Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano), fixando-o em 0,43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos.
3. Exigir ao Governo as ações necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes.
4. Apelar à participação da população nas ações convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à habitação.

Charneca de Caparica, 21 de setembro de 2023
O Grupo Municipal da CDU





Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Voto de Saudação

Pela Inauguração do Edifício do Ensino Secundário

Da Escola Básica Carlos Gargaté

A educação constitui um alicerce estratégico e essencial quer para o desenvolvimento individual, quer para o desenvolvimento societário, que sustém o presente e alavanca o futuro. A educação não é senão um instrumento ativo da democracia, enquanto garante do direito à igualdade de oportunidades, de construção de uma cidadania para todos e todas e de inclusão social.

No âmbito do lançamento do regime experimental das Escolas Básicas Integradas, no longínquo ano letivo de 1993/1994 surge a Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica.

Mais tarde, em 2007, foi constituído o Agrupamento de Escolas da Charneca de Caparica e em 2011 foi alterada a sua designação para Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté. Com efeito, uma homenagem ao professor e pintor, cuja obra deixou marca no concelho de Almada, em especial junto dos alunos e alunas que acompanhou, enquanto professor e diretor da Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica.

Devido à evidente expansão demográfica desta vila e, após reunidos muitos esforços por parte do Executivo da Câmara Municipal de Almada, do Executivo da Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, junto do Ministério da Educação, concretizou-se a vontade de ser possível os e as estudantes da Vila de Charneca de Caparica poderem frequentar o Ensino Secundário, sem terem que frequentar, necessariamente, escolas implantadas em outras freguesias do concelho, obrigando os alunos e alunas a alterarem as suas rotinas de vida após a conclusão do 9º Ano de Escolaridade.

Assim sendo, decorreu no passado dia 11 de setembro a inauguração do Edifício do Ensino Secundário da Escola Básica Carlos Gargaté, contando com a presença do Ministro da Educação João Costa, do Secretário de Estado da Educação António Leite, da Presidente da Câmara Municipal de Almada Inês de Medeiros e do Presidente da Junta de Freguesia Pedro Matias.

Neste ano letivo a escola recebe 90 alunos e alunas no 10.º ano, e nos próximos dois anos já terá capacidade para receber novos alunos (90 em cada ano), até atingir a capacidade de 270.

Indagam-se, naturalmente, se esta é a resposta definitiva face às necessidades educativas da população desta Vila, ao que se responde que não.



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

É, por isso, que defendemos a construção de uma nova infraestrutura na Charneca de Caparica, capaz de receber um maior número de estudantes. Mas a verdade é que se deu o primeiro grande passo que, de facto, durante tantos anos de governança desde 1993 neste concelho, nem sequer avançou.

De facto, fez-se história na Vila de Charneca de Caparica, de facto, Cumpriu-se, fez-se.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 21 e 22 de setembro de 2023, saúda o Município de Almada pelo investimento feito em parceria com o Ministério da Educação no Edifício do Ensino Secundário da Escola Básica Integrada da Charneca de Caparica, pelo trabalho que tem vindo a desenvolver na requalificação do parque escolar no nosso Município e, por último, na valorização que tem imprimido à Escola Pública, de qualidade e acessível a todos.

Almada, 21 de setembro de 2023

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	<u>21.09.2023</u>
ANEXO Nº	<u>15</u> ATA Nº <u>39/XIII-A</u>